ACTA Nº. 06/2006

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA VINTE DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS. -**

Aos vinte dias do mês de Março do ano de dois mil e seis reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Engº. José Agostinho Ribau Esteves, e com as presenças do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Engº. Fernando Fidalgo Caçoilo, e dos demais Vereadores, Srs., Dr. João José Figueiredo de Oliveira, Profª. Margarida Maria São Marcos Amaral, Engº. Marcos Labrincha Ré, Dr. António Pedro Oliveira Martins e Engº. Paulo Sérgio Teixeira Costa. -----
Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, António Cândido Augusto Marques Pereira. -----

A reunião teve início às 15.30 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Neste Período foram suscitados os seguintes assuntos: -----

1º-O Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento aos demais presentes que, no próximo domingo, pelas 18,00 horas, na Freguesia de S.Salvador, se irá proceder à inauguração do “Parque do Centro de Ílhavo” e ao novo “Posto de Turismo”, inaugurações essas que vêm no âmbito de outras iniciativas com que se comemora, no nosso Município, mais uma “Semana do Ambiente” tendo referido, depois, o seu programa. -----

Deu, depois, a palavra ao Sr. Vereador, Engº. Marcos Ré, que falou também desta acção. -----

O Sr. Vereador, Dr. João Oliveira, interveio, igualmente, para referir que era uma excelente ideia a da “Semana do Ambiente”, aproveitando a oportunidade para mencionar a necessidade de ser reparado o passadiço da Costa Nova pois, disse, o mesmo estava em mau estado. -----

O Sr. Presidente interveio, finalmente, para concordar com o estado de conservação daquele passadiço e acrescentar que o mesmo se devia aos actos incontroláveis de alguns vândalos mas, que se estava a estudar uma solução, com a CCDRC, para tentar minorar a situação. -----

2º-O Sr. Presidente deu a conhecer aos Membros do Executivo ter sido designado Administrador Não Executivo da SIMRIA-Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A..

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA. -----

Presente o resumo diário de tesouraria nº. 54, do dia 17, do corrente mês, pelo qual foi tomado conhecimento que, em cofre, existiam as importâncias de € 4.576.890,03 (quatro milhões quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e noventa euros e três cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 862.903,78 (oitocentos e sessenta e dois mil novecentos e três euros e setenta e oito cêntimos), respeitante a Dotações Não Orçamentais. -----

ACTA DE REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a acta, número 05, da reunião ordinária efectuada no dia 06 do corrente mês. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido previamente distribuído por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º. do Decreto-Lei nº. 45.362, de 21 de Novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi mesma aprovada por unanimidade. -----

EXPEDIENTE DIVERSO. -----

Por unanimidade e, em minuta, foi tomado conhecimento do seguinte expediente: -----

-Do ofício-circular nº. 29/2006-CO, de 27/02/2006, de ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses, pelo qual enviam alguns exemplares do seu boletim nº. 144, de Fevereiro findo; -----

-Do ofício da Associação Humanitária “Os Amigos de Ílhavo” pelo qual agradecem a cooperação, até à data, existente e, apresentam os seus corpos gerentes para o biénio de 2006/2007; -----

-Da circular nº. 99/06, de 06/03/2006, do GAT-Gabinete de Apoio Técnico de Aveiro, pela qual remetem o seu balancete mensal (funcionamento e pessoal) do passado mês de Fevereiro; -

-Do ofício de 27/02/2006, do Dr. Marques Leal, pelo qual agradece a cedência das instalações da Biblioteca Municipal de Ílhavo para lançamento do seu livro “Desertos de Ecos” e comunica a oferta de livros, de que é autor e co-autor; -----

-Do ofício nº. 104-P/2006, de 27/02/2006, do Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, Tenente-General, Arnaldo Cruz, pelo qual apresenta os seus cumprimentos de início de funções; -----

ORGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES. -----
ALTERAÇÃO PARA CARÁCTER PÚBLICO DA TERCEIRA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL A EFECTUAR NO PRÓXIMO DIA 27 DE
MARÇO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

-“Considerando: -----

O facto de na reunião de Câmara do próximo dia 27 de Março se realizar o debate e votação da
Conta de Gerência da Câmara Municipal de Ílhavo respeitante ao Ano 2005: -----

Proponho: -----

1º Que a terceira Reunião de Câmara do mês de Março 2006, que se realiza na Segunda-feira
(dia 27), pelas 15.30 horas, tenha carácter público, com audição do público às 17.30 horas, ou
antes, logo que termine a apreciação dos processos pelo Executivo; -----

2º Que desta alteração se dê a devida publicitação pelos meios tradicionais. -----

Paços do Município de Ílhavo, aos vinte dias do mês de Março do ano de dois mil e seis. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

As.) Engº. José Agostinho Ribau Esteves. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

INQUÉRITOS, INSPECÇÕES E SINDICÂNCIAS. -----

IGAT – OBRAS PARTICULARES – EXPOSIÇÃO DE MARIA DE LA SALETE
SIMÕES FACÃO – TOMADA DE POSIÇÃO. -----

Presente o ofício 1481, de 09 de Fevereiro último, remetido pela IGAT-Inspeção-Geral da
Administração do Território, pelo qual solicitam que a Câmara se pronuncie sobre uma
exposição que lhes foi remetida em 31 de Janeiro, do corrente ano, por Maria de La Salette
Simões Facão, residente na Rua da Lomba, 18, na Gafanha da Encarnação, a qual se queixa
contra o funcionamento de uma carpintaria que labora à beira da sua residência. -----

Segundo foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara, este processo vem a reunião de Câmara no
seguimento da sua promessa feita na reunião de 23 de Fevereiro passado e para que o
Executivo possa apreciar os contornos do mesmo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder ao envio da presente informação à IGAT.

A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/15 1126/06 1, é da responsabilidade da

Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, a qual se dá aqui por reproduzida. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS. -----

ZONA INDUSTRIAL DA MOTA (AMPLIAÇÃO) – LOTE N 69 – PARECER JURÍDICO – PROPOSTA. -----

-Presente o seguinte parecer jurídico do Assessor do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Rui Dias: --

--“Considerando: -----

-a) O teor da exposição, de 07 de Março de 2006, subscrita por Humberto da Conceição Ferreira, a quem, por deliberação de 19 de Outubro de 2005, foi atribuído o lote N 69 da Zona Industrial da Mota, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e do qual resulta em síntese que: -----

i. O requerente pretende financiar a operação de aquisição do referido imóvel com recurso a uma operação de locação financeira (*leasing imobiliário*), alegadamente já negociado e aprovado com o Banco Investe SA, com sede na Av. Duarte Pacheco, Torre 1 – 11º, 1070-101 Lisboa, contribuinte fiscal nº 503 824 810, conforme documentação que junta; -----

ii. Em consequência, solicita que o contrato de compra e venda do lote N 69 possa ser celebrado com a aludida entidade bancária, obrigando-se o requerente a exercer a opção de compra pelo valor residual no termo do contrato de *leasing* imobiliário; -----

b) Que já em 09 de Novembro de 2005 o requerente tinha formulado idêntica pretensão, que divergia desta apenas na identidade da entidade bancária contratada para financiar a operação (que era, então, o Banco Totta), pretensão essa que, foi deferida por deliberação da CMI, de 05.12.2005; -----

c) Que, nessa circunstância, o requerente solicitou igualmente que lhe fosse consentido, no termo do contrato de *leasing*, transferir o referido lote para a sociedade denominada “Humberto Limitada”, com sede no lugar dos Moitinhos, em Ílhavo, pessoa colectiva nº 501 238 026, e da qual é sócio com a sua mulher Elsa dos Prazeres Paiva, pretensão essa que também foi deferida; -----

d) Que, quanto à operação de *leasing*, e independentemente da entidade financiadora em causa, desde que credível, conhecida e integrada no sistema bancário português, em circunstâncias

análogas, a Câmara Municipal de Ílhavo, deferiu pretensões de teor semelhante por entender ser esta uma das formas de financiamento que mais se adequa à gestão empresarial dos tempos modernos e não fiquem prejudicados, com esta forma de transmissão, os poderes que lhe assistem por força da aplicação das disposições constantes no Regulamento Para a Compra e Venda de Lotes de Terreno da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado no Diário da República, II série, apêndice nº 106, nº 161, de 15 de Junho de 2003; -----

e) Que é de crer que a mudança do parceiro escolhido pelo requerente para concretizar o financiamento da operação de construção da unidade industrial no lote N69 da ZIM, se deve apenas às condições mais favoráveis apresentadas pelo Banco Invest SA; -----

Entendemos que: -----

i. Nos termos do disposto nos artsº 6º/1 e 17º do Regulamento Para a Compra e Venda de Lotes de Terreno da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado no Diário da República, II série, apêndice nº 106, nº 161, de 15 de Junho de 2003, a Câmara Municipal de Ílhavo, pode autorizar o requerente Humberto da Conceição Ferreira a ceder ao Banco Invest SA (ou a qualquer outra sociedade financeira detida pelo referido banco e especializada na concessão do tipo de financiamento em causa) os direitos que detém sobre o lote N69 da Zona Industrial da Mota e consequentemente, a venda deste imóvel ao referido Banco ou Instituição Financeira de Crédito, ficando essa mesma sociedade, enquanto proprietária, obrigada a cumprir as condições previstas no referido Regulamento Para a Compra e Venda de Lotes de Terreno da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado no Diário da República, II série, apêndice nº 106, nº 161, de 15 de Junho de 2003; -----

ii. Por razões de economia processual, e independentemente de tal não ter sido agora solicitado, se mantenha a autorização para que o requerente, querendo, possa no termo do contrato de leasing, a transferir o referido lote para a sociedade denominada “Humberto Limitada”, com sede no lugar dos Moitinhos, em Ílhavo, pessoa colectiva nº 501 238 026, e da qual é sócio com a sua mulher Elsa dos Prazeres Paiva, ficando esta sociedade obrigada a cumprir as condições previstas no referido Regulamento Para a Compra e Venda de Lotes de Terreno da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado no Diário da República, II série, apêndice nº 106, nº 161, de 15 de Junho de 2003, designadamente o disposto no respectivo artº 6º. -----
Ílhavo, 14 de Março de 2006. -----

O Assessor Jurídico, -----

As.) Rui Dias, Dr.”. -----

Neste parecer consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

-“À Câmara. -----

As.) José Agostinho Ribau Esteves. -----

16MAR06”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos do parecer jurídico. -----

RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO E A AHBVI-ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ÍLHAVO RELATIVO À CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO. -----

Presente o protocolo, datado dia 01, do corrente mês, de cedência de equipamento (um computador portátil (ou tablet PC) marca SIEMENS, modelo STYLISTIC ST5022 1.1 GHZ ULV YBCA01723, com o respectivo software e saco de transporte; um aparelho GPS Bluetooth GlobalSat BT-338, com carregador de isqueiro e de casa e uma máquina fotográfica CANON – IXUS 55, com a respectiva bateria e um SD-CARD-SD/512 S- Elite Pró-kingston), do qual a Câmara se tornou proprietária no âmbito da Associação de Municípios da Ria, do programa Aveiro Digital e na parceria do projecto SecuRia, à AHBVI-Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, o qual se dá por integralmente reproduzido. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente protocolo. -----

PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES E OUTRAS. -----

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA RIA – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2006 – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presentes os documentos referidos em título, os quais se dão aqui por integralmente transcritos.

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

SIMRIA-SANEAMENTO INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS DA RIA, S.A. – RELATÓRIO E CONTAS DE 2005 – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presentes o Relatório e Contas de 2005 da Sociedade em questão, dados aqui por reproduzidos.

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

PLANEAMENTO FÍSICO. -----

BASES PARA A ESTRATÉGIA DE GESTÃO INTEGRADA DA ZONA COSTEIRA NACIONAL – DISCUSSÃO PÚBLICA – PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA. -----

Presente a cópia do ofício nº. 3337, do dia 09, do corrente mês, enviado pelo Sr. Presidente da Câmara ao Sr. Profº. Veloso Gomes, Coordenador do Grupo de Trabalho do Documento “Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional”, pelo qual remeteu um parecer, coordenado na sua qualidade de Presidente do Conselho de Administração da AMRIA-Associação de Municípios da Ria e, no âmbito do processo de discussão pública do mesmo Documento. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000 – DISCUSSÃO PÚBLICA – PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA. -----

Presente a cópia do ofício nº. 3338, do dia 09, do corrente mês, remetido pelo Sr. Presidente da Câmara ao Presidente do Instituto da Conservação da Natureza, pelo qual anexou a participação da Câmara Municipal no processo de discussão pública daquele Plano. -----

Em minuta, foi deliberado tomar conhecimento. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

DETAQUES DE PARCELAS. -----

Presentes os seguintes processos: -----

-O registado sob o nº. 718, Pº. 44/90, em 2006/02/13, respeitante a Luísa Maria Alves Monteiro Corujo Moreira Carneiro, residente na Praceta da Liberdade, 7-2º. -Calendário, em Vila Nova de Famalicão. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. O deferimento teve como suporte a informação DOPGU/noemiam 2006/03/11 718/06 I da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqª. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

-O registado sob o nº. 930, Pº. 187/74, em 2006/02/23, respeitante Paulo Alexandre Pinto Amador, residente na Rua Dr. Celestino Gomes, 50, 2º. M, em Ílhavo.-----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. Esta informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/09 930/06 I, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição,

Arq^a. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----
-O registado sob o n.º. 963, P.º. 132/06, em 2006/03/01, respeitante Paulo Jorge da Costa Ventura da Cruz, residente no Largo Jaime Pereira Roque, 3-Murtal, na Parede. -----
Em minuta, foi deliberado por unanimidade **indeferir** nos termos da informação DOPGU e do despacho do Vereador, Eng.º. Marcos Ré. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/11 963/06 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º. Marcos Ré, está datado de 2006/03/15, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos. -----

LOTEAMENTOS. -----

Presentes os seguintes processos: -----

-O registado sob o n.º. 5030, P.º. 648/05, em 2005/11/08, respeitante António Rocha Lisboa, residente na Rua da Fonte, 3-Quintãs, na Oliveirinha. -----
Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU e do despacho do Vereador, Eng.º. Marcos Ré. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/02/11 5030/05 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º. Marcos Ré, está datado de 2006/03/11, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos. -----

-O registado sob o n.º. 464, P.º. 280/03, em 2006/01/27, respeitante a Manuel de Jesus Merendeiro, residente na Rua dos Caçadores, 1, na Gafanha do Carmo. -----
Em minuta, foi deliberado por unanimidade **indeferir** nos termos da informação DOPGU e do despacho do Vereador, Eng.º. Marcos Ré. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/03/11 464/06 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º. Marcos Ré, está datado de 2006/03/16, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos. -----

-O registado sob o n.º. 5872, P.º. 740/05, em 2005/12/26, respeitante Nuno Filipe Caçoilo Pereira, residente na Rua Passos Manuel, 54, na Gafanha da Nazaré. -----
Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. A

informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/02/11 5872/05 1, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, a qual se dá por integralmente reproduzida. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

RESTITUIÇÃO DE TAXAS PAGAS INDEVIDAMENTE. -----

Presentes as duas seguintes informações: -----

1^a-De referência DOPGU/noemiam 2005/12/22 5245/05 1 da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, corroborada pelo despacho de 2005/12/26, do Sr. Vereador das Obras Particulares, Eng^o. Marcos Ré, dados por reproduzidos, os quais são no sentido de se proceder à restituição da taxa paga pela firma Otis Elevadores, Ld^a., no valor de € 86,76 (oitenta e seis euros e setenta e seis cêntimos), com o IVA incluído, relativamente á inspecção periódica de um elevador sito na Av^a. Fernandes Lavrador, 187-Barra, na Gafanha da Nazaré, em virtude da mesma não ter sido realizada dado que o equipamento em questão possui um certificado respectivo válido até Abril de 2008 emitido pela Associação de Inspectores Portuenses de Elevadores. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à devolução de acordo com a informação DOPGU e o despacho do Vereador, Eng^o. Marcos Ré. -----

2^a-De referência DOPGU/noemiam 2006/05/04 5692/05 3 da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, alterada pelo despacho de 2006/03/08, do Sr. Vereador das Obras Particulares, Eng^o. Marcos Ré, documentos estes aqui tidos por transcritos e que são no sentido de se proceder à devolução de taxas cobradas indevidamente à firma SOCONSAR-Sociedade de Construções Sardo, Ld^a., no valor de € 15.315,97 (quinze mil trezentos e quinze euros e noventa e sete cêntimos) aquando do licenciamento da obra sita na Av^a. José Estêvão, na Gafanha da Nazaré (Processo de obras n^o. 1253/00). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à devolução, de acordo com o presente despacho do Vereador, Eng^o. Marcos Ré. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

CONCURSO LIMITADO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO “NOVO ARRUAMENTO DA ZONA

INDUSTRIAL DA MOTA” – ADJUDICAÇÃO. -----

Presente o processo do concurso referido em epígrafe, do qual se destaca o relatório da respectiva Comissão de Análise, constituída pela Chefe da DOEA-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Eng^a. Paula Oliveira e pelos Técnicos, Eng^{os}. Gilda Soares e Filipe Carvalheiro, datado de 13, do corrente mês, dado aqui como reproduzido, pelo qual é sugerido que a adjudicação seja feita à firma Construções Carlos Pinho, Ld^a., pelo valor de € 71.051,48 (setenta e um mil e cinquenta e um euros e quarenta e oito cêntimos), acrescido de IVA. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à adjudicação provisória à firma Construções Carlos Pinho, Ld^a., de acordo com o relatório. Proceda-se à audiência prévia: não havendo reclamações a adjudicação é definitiva. -----

EMPREITADA DE “OBRAS DE PROLONGAMENTO DOS RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE SANEAMENTO DO CONCELHO DE ÍLHAVO-2^a. FASE” – CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA. -----

Presente a informação, datada do dia 06, do corrente mês, do Técnico Superior da DOEA-Divisão de Obras, Equipamentos e Ambiente, Eng^o. Elias Oliveira, aqui dada por reproduzida, pela qual, sucintamente, refere que poderá ser cancelada a garantia bancária apresentada pela firma JAPOL-Construções, Ld^a., com o n^o. 125-02-0104904, do Banco Comercial Português, S.A., no valor de € 446.650\$00 (quatrocentos e quarenta e seis mil seiscentos e cinquenta escudos), como caução de 5% do valor da adjudicação da empreitada em questão. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade cancelar a garantia, de acordo com a informação. --

EMPREITADA DE “REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS DA GAFANHA DA NAZARÉ-4^a. FASE” – RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE GARANTIA. -----

Presente a informação do dia 24 de Fevereiro findo, do Técnico Superior da DOEA-Divisão de Obras, Equipamentos e Ambiente, Eng^o. Elias Oliveira, pela qual, em linhas gerais, refere que poderão ser libertadas todas as importâncias retidas para reforços de garantia desta empreitada citada em título, dado que as mesmas se encontram salvaguardadas pela garantia bancária apresentada pela firma Manuel Francisco de Almeida, S.A., com o n^o. 36230488082506, do Banco Santander Totta, S.A., no valor de € 19.332,45 (dezanove mil trezentos e trinta e dois

euros e quarenta e cinco cêntimos). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à devolução das garantias, de acordo com a informação. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

ACÇÃO SOCIAL. -----

SUBSÍDIO PONTUAL AO CENTRO DE ACÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DE ÍLHAVO (COMPARTICIPAÇÃO PARA ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO) – ANTÓNIO DE JESUS RODRIGUES – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta da Sr^a. Vereadora, Prof^a. Margarida Maria São Marcos Amaral: ---

–“Na qualidade de Vereadora da Acção Social, no uso das minhas competências e tendo em consideração: -----

1-A análise da situação sócio-económica do agregado familiar, elaborada pela Técnica Superior de Serviço Social, bem como o parecer da Técnica Superior de Sociologia; -----

2-O ofício emanado pelo CASCI, Instituição que serve de charneira entre a Autarquia e o beneficiário supracitado; -----

Proponho que, -----

a Câmara Municipal de Ílhavo aprove um subsídio pontual no valor de 175,00 € ao Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo - CASCI - para apoio à comparticipação no pagamento do valor da renda de casa - mês de caução. -----

Ílhavo, 8 de Março de 2006. -----

A Vereadora do Pelouro da Acção Social, -----

As.) Margarida Maria São Marcos, Prof^a.”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ACÇÃO SOCIAL/ HABITAÇÃO. -----

PARQUE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – REAJUSTAMENTO DE RENDAS PARA O ANO DE 2006 – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta da Sr^a. Vereadora, Prof^a. Margarida Maria São Marcos Amaral: ---

–“Na qualidade de Vereadora da Acção Social, no uso das minhas competências e tendo em consideração: -----

1-A deliberação de Câmara, datada de 20 de Fevereiro do presente ano, que aprovou a alteração do valor de renda de habitação da inquilina Ercília Lurdes Ferreira Martins, moradora na Av^a. do Mar, 6B-Costa Nova, para 78,80 € mensais, sendo que o cálculo do referido montante se susteve nos rendimentos da citada inquilina e da descendente que com esta residia; -----

2-A exposição da D. Ercília face ao valor da renda e entrega de documentação comprovativa da nova residência da descendente, bem como a confirmação, através de visita domiciliária, da actual composição do agregado familiar; -----

3-A informação como suporte legislativo da Técnica Superior de Serviço Social, Dr^a. Mónica Batista, datada de 8 de Março, do corrente ano; -----

Proponho que, -----

a Câmara Municipal de Ílhavo aprove a alteração do montante da supracitada renda apoiada para o valor de 7,75 €, em conformidade com a lei. -----

Ílhavo, 8 de Março de 2006. -----

A Vereadora Acção Social, -----

As.) Margarida São Marcos, Prof^a.”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. -----

MERCADOS E FEIRAS. -----

COMPLEXO DO MERCADO MUNICIPAL DE ÍLHAVO – MUDANÇA NA FORMA DE PAGAMENTO DE ESPAÇO – DESPACHO PARA CONHECIMENTO. -----

Presente o requerimento apresentado por Talhos Paulo Real, Unipessoal, Ld^a. (24/01/2006), dado aqui por reproduzido, actual explorador do espaço designado por Loja “12”, no Complexo em causa, pelo qual solicita a passagem, de pagamento mensal a anual, da respectiva taxa e que mereceu acolhimento por despacho do Sr. Vereador, Eng^o. Paulo Sérgio Teixeira Costa, de 15/02/2006. -----

Em minuta, foi deliberado tomar conhecimento. -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----

REEMBOLSO DE PREJUÍZOS CAUSADOS A PARTICULARES. -----

PAGAMENTO DE DANOS CAUSADOS NUMA VIATURA DEVIDO À SOBREELEVAÇÃO DE UMA TAMPA DE CAIXA DE RAMAL DE SANEAMENTO NA RUA

VASCO DA GAMA, EM ÍLHAVO – PARECER JURÍDICO – PROPOSTA. -----

Presente o parecer jurídico do dia 9, do corrente mês, elaborado pela Técnica Superior dos Serviços de Apoio Jurídico da Câmara, Dr^a. Ana Sofia Canas, acompanhado da Informação Interna, de 13/02/2006, do Chefe da DSU-Divisão dos Serviços Urbanos, Eng^o. Pedro Nunes, documentos esses dados aqui como transcritos, nos quais, em linhas gerais, é reconhecida a razão para o Sr. Dorindo de Jesus Ferreira, residente na Rua Francisco Corujo, 195-1^o. Dt^o. -C, na Gafanha da Encarnação, ser ressarcido dos prejuízos sofridos na sua viatura, quando, no passado dia 27 de Dezembro de 2005, pelas 13.35 horas, na Rua Vasco da Gama, em Ílhavo, em frente do estabelecimento comercial denominado “Pastelaria Susana” procedia ao seu estacionamento. -----

No parecer jurídico em questão consta o seguinte despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng^o. Fernando Fidalgo Caçoilo: -----

-“Concordo no dever de indemnizar o munícipe de acordo com as informações. Enviar à Câmara Municipal para aprovação. -----

060310. -----

As.) Fernando Fidalgo Caçoilo”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à indemnização de acordo com o presente parecer. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes autos de vistoria e medição de trabalhos: -----

-Da empreitada de “Redes de Drenagem Residual e Pluvial da Gafanha da Nazaré-3^a. Fase” – 1^a. situação de revisão de preços, no valor de € 39.442,48 (trinta e nove mil quatrocentos e quarenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos), adjudicada à firma Henriques, Fernandes & Neto, Ld^a.; -----

-Da empreitada de “Centro Cultural de Ílhavo” – 10^a. situação de trabalhos contratuais, no valor de € 224.267,23 (duzentos e vinte e quatro mil duzentos e sessenta e sete euros e vinte e três cêntimos), adjudicada ao consórcio J. Gomes-Sociedade de Construções do Cavado, S.A./Alexandre Barbosa Borges, S.A.; -----

-Da empreitada de “Redes de Drenagem Residual e Pluvial das Gafanhas da Encarnação e Carmo-1^a. Fase” – 5^a. situação de trabalhos contratuais, no valor de € 35.400,06 (trinta e cinco

mil e quatrocentos euros e seis cêntimos), adjudicada à firma Manuel Vieira Bacalhau, Ld^a.; ---
-Da empreitada de “Redes de Drenagem Residual e Pluvial das Gafanhas da Encarnação e Carmo-1^a. Fase” – 6^a. situação de trabalhos contratuais, no valor de € 4.016,25 (quatro mil e dezasseis euros e vinte e cinco cêntimos), adjudicada à firma Manuel Vieira Bacalhau, Ld^a.; ---
-Da empreitada de “Variante Sul/Nascente ao Porto-Via de Ligação do Nó do IP 5 à Estrada da Mota” – 7^a. situação de trabalho contratual, no valor de € 105.714,00 (cento e cinco mil setecentos e catorze euros), adjudicada à firma Silva Brandão & Filhos, Ld^a.; -----
-Da empreitada de “Arranjos Urbanísticos no Município-Largo da Escola de Vale de Ílhavo, Cruzeiro e Lavadouro, na Gafanha da Encarnação e Largo da Igreja, na Gafanha da Nazaré” – 1^a. situação e único, no valor de € 70.285,43 (setenta mil duzentos e oitenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos), adjudicada à firma SRTC-Construções, Ld^a.; -----
Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes autos e proceder aos pagamentos. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Terminada a Ordem do Dia, eram 16.50 horas, e, dado que não se encontrava presente no Salão Nobre nenhum munícipe a quem pudesse ser permitida a antecipação da intervenção, pelo Sr. Presidente da Câmara foi suspensa a reunião até às 17.30 horas, hora estipulada para as intervenções do público. -----

Reaberta a reunião àquela hora, com todos os elementos do Executivo que à mesma estiveram presentes desde o seu início, foi, acto imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara encerrada a mesma dado se ter constatado, uma vez mais, a ausência de munícipes. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----